



# ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL. 16 No 4 Junho 2014



## 34ª Cimeira da SADC Transformação económica no centro das atenções



por Kizito Sikuka

A 34ª CIMEIRA Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, marcada para Agosto, no Zimbabwe, será um marco importante para o desenvolvimento socioeconómico na África Austral.

O tema para a Cimeira de 17-18 de Agosto, em Victoria Falls é "Estratégia para a Transformação Económica da SADC: Aproveitando os diversos recursos da região Para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através do benefício e da mais-valia."

A África Austral tem vastos recursos naturais que incluem minerais, como diamantes, ouro e platina.

A mineração é uma indústria de importância estratégica na África Austral. Cerca de metade do vanádio do mundo, platina e diamantes provêm da região, juntamente com aproximadamente 36 por cento de ouro e 20 por cento de cobalto.

De facto, dois dos três países que são os maiores produtores de platina no mundo estão na região da SADC. África do Sul fornece actualmente cerca de dois terços da produção de mineração de platina do mundo, seguido pela Rússia e Zimbabwe.

No entanto, a região continua a ser uma das mais pobres do mundo, apesar dos abundantes

recursos naturais, uma vez a maioria dos países não têm políticas de benefícios, com a maior parte do valor acrescentado ocorrendo em outros lugares e beneficiando outras regiões.

Há, portanto, necessidade da África Austral adoptar uma estratégia viável que garanta que a extracção de recursos naturais beneficie as pessoas da região.

Como próximo Presidente da SADC, o Zimbabwe vai procurar liderar a agenda de integração regional na África Austral através da promoção da industrialização e dedução um valor acrescentado à produção.

A industrialização e o valor acrescentado são componentes fundamentais da Agenda do Zimbabwe para a Transformação Socioeconómico Sustentável (ZimAsset), lançada em 2013.

A ZimAsset é um projecto do Governo que visa moldar a transformação económica e o desenvolvimento do País num período de cinco anos, até Dezembro de 2018.

Quatro áreas foram identificadas para liderar esta transformação: Segurança Alimentar e Nutricional; Serviço Social e Erradicação da Pobreza; Infra-estrutura e Serviços Públicos; e Proveito do Valor Acrescentado.

Outro grande destaque da Cimeira da SADC de 2014 deverá ser o lançamento do relatório revisto do Plano Estratégico Indicativo

POLÍTICA	3
INFRA-ESTRUTURA	4
SEGURANÇA ALIMENTAR	5
AGRICULTURA	6-7
ENERGIA	8-9
BREVES NEGÓCIOS	10
COMÉRCIO	11
ELEIÇÕES	12
GÉNERO	13
UNIÃO AFRICANA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...



## 34ª Cimeira da SADC Transformação económica no centro das atenções

de Desenvolvimento Regional (RISDP).

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos aprovado pelos Estados Membros da SADC, em 2003, como um modelo para a integração e desenvolvimento regional, actualmente em revisão, como parte dos esforços para realinhar agenda de desenvolvimento da região com a dinâmica global emergente.

Um grupo de trabalho de várias partes interessadas, incluindo representantes do Secretariado da SADC, dos Estados e actores não Estatais, foi formado este ano para implementar as recomendações de uma revisão intermédia independente realizada entre 2012 e 2013.

O grupo de trabalho reuniu-se duas vezes para formular novas prioridades para a agenda de integração regional para o restante prazo de implementação do RISDP.

O RISDP revisto está submetido à Cimeira da SADC de 2014 para aprovação, conforme acordado na Cimeira anterior.

A revisão independente do RISDP recomendou, entre outras coisas, uma revisão da maioria dos protocolos da SADC para alinhá-los com os novos desafios e com as questões emergentes que afectam a integração regional.

Os Estados Membros da SADC assinaram 27 protocolos e uma série de declarações, cartas e memorandos de entendimento sobre diversos assuntos que vão desde comércio, mineração e finanças e investimento até o combate as drogas ilícitas, silvicultura e recursos hídricos partilhados.

A maioria dos protocolos foi ratificada e estão já em vigor. No entanto, a revisão intercalar observou que não há roteiro para permitir uma abordagem sistemática para implementação

dos protocolos, tanto a nível regional e nacional.

Uma das lacunas da maioria dos protocolos existentes que foi observada foi de que as obrigações acordadas não juridicamente vinculativas nem de carácter obrigatório.

Outra recomendação fundamental da revisão independente é de que a SADC deve ampliar a participação e tornar-se orientada para as pessoas. A revisão prevê a criação de uma plataforma de engajamento político do Secretariado da SADC com o sector privado e outros actores não Estatais.

O compromisso existente entre os actores do Secretariado e não estatais é feito na base de programas e actividade, sem qualquer colaboração estratégica clara e objectivos específicos a serem alcançados. A participação de todos os intervenientes na agenda de integração regional está prevista no Tratado da SADC.

A Cimeira da SADC de 2014 também vai examinar a implementação do Plano Director de Infra-estruturas da SADC, lançado em 2012, em Maputo, Moçambique, e emitir uma declaração sobre seu programa de infra-estruturas.

O Plano Director tem visa orientar a implementação de projectos de infra-estruturas transfronteiriças entre 2013 e 2027. Está a ser implementado em três intervalos de cinco anos - Curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

Foram identificados pelo menos 106 projectos de infra-estruturas transfronteiriças, nos sectores prioritários de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia para a implementação da SADC até 2017.

A nova Secretária Executiva da SADC, o Dr. Lawrence



Stergomena Tax fará a sua primeira aparição na Cimeira, desde que assumiu o posto anteriormente ocupado pelo moçambicano Tomaz Augusto Salomão, em Agosto de 2013. Na cimeira está prevista a articulação do programa de acção e prioridades.

Numa das suas primeiras entrevistas como Secretária Executiva, a Dra. Tax disse que a sua principal tarefa era levar a agenda de integração para a frente.

"É meu objectivo continuar a fortalecer a integração regional e a cooperação que existe na SADC desde a sua formação", disse ela.

A Cimeira deverá receber um relatório sobre a agenda de integração económica regional elaborado pelo Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional.

O relatório destaca a situação da proposta de união aduaneira da SADC e os progressos para o estabelecimento da Área de Comércio Livre Tripartida envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC.

O grupo de trabalho ministerial reportou durante os últimos dois anos, que alguns progressos foram feitos no desenvolvimento dos parâmetros e valores de referência para uma união aduaneira modelo para a região, bem como o calendário de actividades conducentes ao lançamento da união aduaneira.

Os líderes da SADC também irão discutir uma posição regional comum antes da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 20), marcada para Dezembro no Peru.

O presidente do Órgão da

SADC sobre Política, Defesa e Segurança, Hifikepunye Pohamba, Presidente namibiano, apresentará um relatório sobre a situação política na região.

A readmissão de Madagáscar para a SADC marcará a primeira vez, em vários anos, que todos os 15 Estados Membros da SADC se reúnem para traçar o caminho a seguir em direcção a uma maior integração na África Austral.

O Madagáscar foi suspenso da SADC em 2009, após o então líder da oposição, Andry Rajoelina, ter tomado o poder do Presidente Marc Ravalomanana, em manifestações públicas apoiadas pelos militares, um método semelhante por si utilizado quando assumiu o poder, poucos anos antes, do seu predecessor, Didier Ratsiraka.

A mediação da SADC foi bem sucedida para a solução do problema, no final de 2013, quando Madagáscar realizou com êxito as eleições presidenciais, vencidas pelo ex-ministro das Finanças Hery Rajaonarimampianina.

A suspensão foi levantada pela SADC em Fevereiro após a restauração da ordem constitucional naquela Ilha do Oceano Índico.

Esta será a primeira vez que o Zimbabwe acolhe a reunião regional anual em 25 anos. O país sediou a última Cimeira da SADC em 1989, quando a organização regional ainda era conhecida como a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral.

Na Cimeira, o Presidente Robert Mugabe vai assumir a presidência rotativa da SADC do recém-eleito Presidente do Malawi Peter Mutharika, que venceu as eleições presidenciais realizadas a 20 de Maio.

A Cimeira será precedida de reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros. r

## Adoptadas directrizes de consumo para a radiodifusão digital

**OS ESTADOS** Membros da SADC adoptaram directrizes para amortecer o impacto da planeada migração da radiodifusão Analógica para Digital sobre os consumidores amortecer os consumidores do impacto da planeada migração da radiodifusão analógica para digital.

As Directrizes da SADC sobre Defesa do Consumidor e de sensibilização para a Migração da Radiodifusão realizado em Junho, em Kasane, no Botswana.

"O Fórum adoptou as Orientações da SADC sobre Defesa do Consumidor e de sensibilização para a Migração Digital da Radiodifusão, e os Estados-Membros são incentivados a implementar as directrizes, com efeito imediato", disse o fórum.

As directrizes vão permitir aos governos amortecer os efeitos da transição da radiodifusão analógica para digital sobre os consumidores e delinear as medidas a serem tomadas pelos Estados-Membros para aumentar a consciencialização sobre a migração.

As medidas para a protecção dos consumidores incluem subsídios para a compra de receptores digitais.

A SADC está a incentivar outras Comunidades Económicas Regionais Africanas (CERs) em termos de progressos no cumprimento do prazo global para a migração da radiodifusão analógica para a digital.

Dois Estados-membros da SADC – Maurícias e a República Unida da Tanzânia - foram os primeiros países africanos a migrar para a Televisão Digital Terrestre (TDT).

As Maurícias foram o primeiro país Africano a digitalizar totalmente televisão para todas as regiões e ilhas em 2007.

O país iniciou seu processo de migração em 2005 com um

"lançamento suave" dos seus primeiros serviços digitais oferecendo seis canais livres.

Dois canais digitais foram lançados em 2008 para acelerar as compras dos consumidores de aparelhos de TV digital e as caixas descodificadoras (STBs).

Completa migração da radiodifusão analógica para digital foi concluída em Dezembro de 2013.

A Tanzânia concluiu a migração no final de 2012 e imediatamente começou um programa escalonado de desligamento das emissões analógicas em Dezembro, num exercício que, até agora, integra regiões no acesso aos serviços de TDT. Trata-se de Dar es Salaam, Tanga, Dodoma, Kilimanjaro, Mwanza e Arusha.

Os principais factores de sucesso para os programas de migração, tanto nas Maurícias como na Tanzânia, incluem ambientes reguladores eficazes e introdução de subsídios para que os consumidores possam adquirir receptores de TDT.

O sucesso do exercício de migração digital da Tanzânia também é atribuído à sua campanha de consciencialização realizada para a implementação do programa.

No entanto, os desafios enfrentados pela maioria dos Estados-membros da SADC incluem a falta de financiamento para a implantação de programa de migração e padronização dos receptores disponíveis no mercado e sua acessibilidade.

Para embarcarem numa migração TDT suave, os Estados Membros da SADC resolveram reflectir sobre os modelos de financiamento que fornecem um processo eficiente para a divulgação de informações sobre o processo de migração da TDT.

Por exemplo, para evitar esse problema, o governo da

Tanzânia isentou os impostos sobre os descodificadores e antenas parabólicas.

Entre outras medidas introduzidas pela SADC figura um Gabinete de Gestão de Projetos TDT no Secretariado da SADC para coordenar o programa regional da TDT.

O escritório TDT é um departamento especial no Secretariado que funciona como um balcão único para a coordenação, acompanhamento, avaliação e elaboração de relatórios sobre a implementação do Roteiro da SADC para a Migração Digital da Radiodifusão para garantir que todos os Estados-Membros cumpram o prazo de migração.

A região da SADC também aprovou um Plano Estratégico de Dividendos Harmonizados da migração digital da Radiodifusão

na SADC que descreve, entre outras coisas, as especificações para o baixo custo, descodificadores do sinal livre e um quadro de licenciamento digital para a região.

O prazo global definido pela União Internacional de Telecomunicações (ITU) é de 17 Junho de 2015.

A transmissão digital envolve a utilização de sinais digitais ao invés de formas de onda analógica para transmitir canais de transmissão de televisão em faixas de radiofrequências atribuídas.

Graças ao uso de compressão de dados, as ligações digitais tem um uso mais eficiente da largura de banda do que a analógica, o que torna possível para mais serviços e canais, e melhor qualidade de imagem do que era possível anteriormente. r

### SADC cria Comité de Gestão do Risco

**O SECRETARIADO** da SADC está tomando medidas para fortalecer a implementação da sua Política de Gestão do Risco para garantir uma gestão pró-activa de ambas as potenciais oportunidades e os efeitos adversos da integração regional.

Uma vez que a gestão do risco é de crescente importância a nível mundial devido à crescente turbulência e incerteza no ambiente externo, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Lawrence Stergomena Tax, criou uma Comissão de Auditoria e Gestão do Riscos (ARMC) para fortalecer a institucionalização da gestão de risco no Secretariado.

O comité irá desempenhar um papel importante na supervisão da implementação da gestão do risco no Secretariado da SADC.

Como parte de seu trabalho, a Comissão contratou um perito internacional de gestão do risco para uma capacitação dois dias, em Abril, para a Equipa de Gestão do Secretariado da SADC e oficiais superiores.

O curso proporcionou uma plataforma para a criação de consciencialização e valorização dos princípios de gestão do risco no seio da administração do Secretariado.

A Política de Gestão do Risco da SADC foi aprovada pelo Conselho de Ministros, numa reunião realizada em Março de 2012, em Luanda, Angola. r



## SADC aprova Declaração de Infra-estruturas

por Kizito Sikuka

**MINISTROS DA SADC** adoptaram uma declaração que visa reforçar a cooperação no desenvolvimento de projectos regionais de infra-estruturas e incentivar a participação do sector privado na construção de barragens, estradas e outras instalações.

Os ministros responsáveis pelas Infra-estruturas aprovaram projecto de Declaração da SADC sobre o Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas na sua reunião realizada em Harare, Zimbabwe, no dia 20 de Junho.

A declaração visa desbloquear oportunidades de financiamento de diversos projectos de infra-estruturas e inspirar os Estados-Membros a intensificar e continuar a trabalhar em conjunto em projectos regionais transfronteiriços.

"Nós concordamos em fazer os nossos melhores esforços para promover a cooperação mutuamente benéfica entre os Estados-Membros no rápido desenvolvimento de projectos financiáveis que promovam rotas comerciais regionais e internacionais adequadas e

eficientes", diz parte da declaração.

A declaração exorta os países da SADC para implementar acordos e protocolos regionais para facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas, bem como criar as condições necessárias para atrair investimentos e promover a industrialização.

Outras questões-chave contidas na declaração incluem a necessidade de colaborar com os parceiros de cooperação internacional, instituições financeiras multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento, o sector privado e outras partes interessadas para assegurar o financiamento para o programa de infra-estruturas da SADC.

Uma atenção especial também será colocada nas necessidades de transporte dos países da SADC sem litoral, que por causa das "suas circunstâncias geopolíticas têm necessidades especiais para serviços de transporte e de trânsito e de suportar os elevados custos de capacidade e acesso aos mercados externos."

Os ministros também se comprometeram com a operacionalização do Fundo de

Desenvolvimento Regional da SADC, que foi aprovado em Novembro de 2013.

O fundo é fundamental no apoio a projectos de infra-estruturas na região. No entanto, devido a vários desafios, entre eles a mudança no modo de financiamento, o fundo ainda está por ser operacionalizado.

"Nós incentivamos todas as partes interessadas, incluindo as instituições financeiras regionais e do sector privado, para prestar todo o apoio necessário para a implementação desta declaração e o Plano Director Regional do Desenvolvimento de Infra-estruturas", diz parte da declaração.

"Vamos analisar os progressos na implementação da declaração numa base regular durante as reuniões da Cimeira."

A declaração foi encaminhada aos ministros da Justiça da região para leitura antes de ser enviado ao Conselho de Ministros da SADC, para aprovação final, em Agosto.

Uma vez aprovado pelo Conselho, a declaração será apresentada para aprovação pelos líderes regionais na 34ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC

marcada para Agosto no Zimbabwe.

A data provisória para a cimeira, que tem como tema "Estratégia para a Transformação Económica da SADC: Aproveitando os diversos recursos da região para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através do benefício e da mais-valia", são os dias 17-18 Agosto, em Victoria Falls.

Falando na cerimónia de abertura oficial da reunião de Ministros de Infra-estruturas da SADC a vice-presidente do Zimbabwe, Joyce Mujuru, disse que infra-estruturas deficientes impedem o comércio intra-regional.

"Este desafio deve ser enfrentado de frente, trabalhando em estreita colaboração com os nossos técnicos especialistas financeiros para nos ajudar na mobilização de financiamento sustentável a longo prazo, sem esquecer a utilização dos nossos recursos naturais", disse Mujuru.

A Secretária Executiva da SADC, o Dr. Lawrence Stergomena Tax, concordou, dizendo que "a região precisa redobrar os seus esforços para implantar uma infra-estrutura regional para facilitar o valor acrescentado no desenvolvimento."

"O fornecimento de redes de infra-estruturas integradas, eficientes e de custo eficaz para resolver os constrangimentos do lado da oferta da região e redução do custo de fazer negócios é fundamental", disse ela.

O Desenvolvimento de infra-estrutura regional é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico uma vez que economia próspera depende de uma base de infra-estrutura confiável, tanto a nível nacional como regional.

O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estrutura da SADC lançado em 2012 identifica um total de 418 projectos de infra-estruturas para a implementação até 2027. r

## Zimbabwe assume o controlo da Ponte do Limpopo

**ZIMBABWE ASSUMIU** o controlo da Nova Ponte do Limpopo, que liga o país à vizinha África do Sul num dos pontos da África subsaariana mais movimentados de entrada. Isto seguiu-se depois de um acordo de 20 anos de construção, operação e transferência (BOT) com a empresa que construiu a Nova Ponte Limpopo em 1994.

Um BOT é um acordo em que a empresa responsável por um projecto de infra-estrutura está autorizada a operá-la, a fim de recuperar os custos e fazer alguns lucros antes de transferir as instalações para o governo.

A cerimónia de entrega aconteceu em Junho no posto fronteiriço de Beitbridge e foi



Ponte do Limpopo

testemunhado pelo Ministro dos Transportes e Desenvolvimento de Infra-estrutura do Zimbabwe, Obert Mpofu, e o seu homólogo sul-Africano, Dipuo Peters.

Mpofu disse que as autoridades de ambos os países desenvolveram um memorando de entendimento até o fim de

Setembro, para cobrir as operações da ponte.

Peters disse que as parcerias público-privadas são uma opção viável para o financiamento da infra-estrutura que os países devem considerar activamente a fim de liberar recursos para outras necessidades urgentes. *Herald r*

## Segurança alimentar continua estável na SADC

A ÉPOCA agrícola 2013/2014 chegou ao fim em quase todos os na maioria dos países da África Austral e a situação global de segurança alimentar continua estável pois uma vez que vários Países apresentam perspectivas de boas colheitas.

Uma avaliação conjunta da Rede de Sistemas de Aviso Prévio contra a Fome (FEWS), do Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, diz que a projectada colheita de cereais acima da média é suficiente para satisfazer atender às necessidades da região durante os próximos seis meses e também depois desse período. n os próximos seis meses e além.

"Apesar de um início irregular e tardio da época, a perspectiva regional global reflecte que a época de consumo 2014/15, em termos de cereais, é melhor que a do ano passado, com colheitas abundantes registadas na Zâmbia, África do Sul e uma melhoria no Zimbabwe em comparação com a última época," refere a avaliação.

O Malawi e Moçambique esperam uma boa produção, apesar do início tardio das chuvas e períodos localizados de seca.

Angola e Namíbia foram negativamente afectadas pelas condições climáticas adversas durante a época.

A disponibilidade Regional cereais é provável que esteja acima do ano passado e próximo da média dos últimos cinco anos, e será suficiente para atender às necessidades regionais para os próximos seis meses e além – pois cobre as necessidades dos países com défice de cereais e podem ser exportados para fora da região.

Importantes excedentes exportáveis de milho são

esperados a partir da Zâmbia (cerca de 1,1 milhões de toneladas) e África do Sul (cerca de 1,8 milhões de toneladas métricas).

Na Tanzânia, Moçambique, Malawi e Zimbabwe, a disponibilidade de cereais poderá atender às necessidades nacionais de consumo interno, embora as famílias pobres em áreas localizadas no Malawi são susceptíveis de enfrentar acesso restrito.

O Zimbabwe "registou um dos melhores desempenhos de milho dos últimos 20 anos." A área sob cultivo de cereais no Zimbabwe aumentou 16 por cento durante a campanha agrícola 2013/14 em comparação com o ano anterior.

Na segunda época o Malawi estima produzir milho na ordem 3.930.000 toneladas métricas, que é um grande aumento da produção quando comparado com a época 2012/13.

A produção agrícola poderá ser superior que a do ano passado em Madagáscar devido ao melhor controlo de

gafanhotos. A colheita está prevista para começar em Junho.

A perspectiva da segurança alimentar é geralmente melhor em Moçambique este ano em relação a época 2012/13, com uma diminuição perceptível nos preços dos alimentos, excepto as áreas que foram afectadas pelas inundações e ciclone Helen.

As áreas afectadas por chuvas fortes e inundações incluem as bacias do Incomati, Maputo e Limpopo, no sul do país, bem como Cabo Delgado e Nampula, regiões costeiras do norte.

No caso da Namíbia, a produção nacional de cereais está prevista provisoriamente em 122.390 toneladas, reflectindo um aumento de 50 por cento sobre a colheita da última época, mas ainda dois por cento abaixo da média.

Grande parte dessa melhoria vem das áreas comerciais, onde a maior parte da produção é irrigada. r

## Botswana efectua revisão da Política Agrícola

O BOTSWANA está a rever a Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola para alinhá-la com a dinâmica global em mudança, incluindo às questões emergentes, como as mudanças climáticas.

O Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Micus Chimbombi, disse que a política foi lançada pela primeira vez em 1991 e a necessidade da sua revisão surgiu devido a vários desenvolvimentos específicos do sector, bem como as convenções e compromissos internacionais sobre agricultura.

Ele disse que a política revista e o seu plano de implementação recentemente introduzido agora será revisto a cada 10 anos "para trazê-los as

tendências nacionais, regionais e internacionais em constante mudança."

A revisão incidirá sobre o desempenho da política em termos dos seus objectivos e adequação dos instrumentos, bem como sobre as grandes mudanças que são necessárias por causa de novos desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais.

Entre outras coisas, a política tem como objectivo melhorar a segurança alimentar, a diversificação da base produtiva do sector agrícola, aumentar a produção e produtividade agrícola, aumentar as oportunidades de emprego, conservar os escassos recursos de terras agrícolas e fornecer um ambiente seguro e produtivo.

Algumas das questões que exigiram a revisão da política incluem a adopção da Visão 2016 para o Botswana como uma estratégia global para o desenvolvimento social e económico.

Uma das aspirações da Visão 2016 é erradicar a pobreza absoluta até o ano de 2016.

Além disso, o Botswana aprovou uma Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (NSPR) em 2003, a fim de permitir uma abordagem coordenada para a redução da pobreza.

Dada a alta incidência de pobreza nas áreas rurais, a agricultura tem um papel a desempenhar, contribuindo para o cumprimento das metas de redução da pobreza. r





# China contribui para a Revolução Verde em

por Kizito Sikuka

**AGRICULTURA FOI** identificada como uma área prioritária de desenvolvimento na parceria estratégica China-África.

O Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang reafirmou o compromisso do seu país em ajudar a África a aumentar a produtividade agrícola e melhorar a segurança alimentar durante uma visita à África, em Maio.

Ele anunciou que a China planeia treinar 2.000 técnicos agrícolas e de gestão de pessoal em África durante os próximos cinco anos.

De acordo com o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), lançado em 2000, os dois lados concordaram em trabalhar juntos para impulsionar a produção agrícola em África e garantir a segurança alimentar para os seus cidadãos.

A China prometeu, em 2012, aumentar o número de centros de demonstração de tecnologia agrícola de 15 para 20.

Já que a África celebra 2014 como o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar, uma visita ao Centro de Demonstração Agrícola de Gwebi perto de Harare, em Zimbabwe, foi realizada para mostrar como China está contribuindo para a revolução verde em África.

O centro de demonstração agrícola de Gwebi é um dos 20 centros agrícolas a serem construídos em África pela China. Um total de 15 centros já está em funcionamento, dos quais sete são da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), nomeadamente na República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Moçambique,

República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os outros centros de demonstração estão localizados no Benin, Camarões, Etiópia, Libéria, Togo, Sudão, Uganda e Ruanda.

O projecto Centro de Demonstração Agrícola de Gwebi começou em 2009, quando os governos do Zimbabwe e da China assinaram um acordo para construir a instalação.

A construção começou em Março de 2010 e foi concluída em 2012. Nos termos do acordo, o centro de 100 hectares será administrado pela China entre 2012 e 2015, após o qual o centro será entregue ao Zimbabwe.

Especialistas chineses no Centro Demonstração Agrícola de Gwebi disseram que a instalação reforçou a capacidade dos agricultores locais em gerir as suas colheitas e máquinas agrícolas.

"Desde que começamos a operar em 2012, treinamos mais de 3.000 estudantes e agricultores", disse um dos peritos, Richard Wang.

Ele revelou que o centro tem alugado equipamentos agrícolas como tractores e auto-combinadas de agricultores do Zimbabwe como parte de um programa para melhorar a mecanização agrícola no país. Pelo menos quatro cursos de formação são realizados no centro, em cada ano, em ciclos para 20 agricultores cada.

O centro também realiza no local cursos nas áreas rurais para aqueles que não podem pagar para participar do treinamento em Harare.

"Nós nos concentramos principalmente em agricultores que chegam até a nós e o nosso desejo é também treinar muitos pequenos agricultores, especialmente aqueles baseados nas áreas rurais", disse Wang.

O centro de demonstração também trabalha com o Colégio Agrícola de Gwebi para treinar alunos e oferecer apoio técnico em alguns dos seus empreendimentos agrícolas comerciais.

Ele disse que o Zimbabwe e o resto da África têm potencial para se tornar actores globais na agricultura, caso sejam implementadas políticas certas.

"A África poderia ter comida suficiente para si mesmo se as coisas fossem feitas correctamente, pois as condições para a agricultura estão lá e são muito boas", disse ele.

Ele disse que o continente tem vasta terra fértil e goza de bom tempo e mão-de-obra abundante.

"O que vocês chamam de pequenos agricultores aqui em África em termos de espaço são, na verdade, fazendas comerciais na China", opinou Frank Yu, outro especialista chinês no centro.

Yu observou que a China está pronta para ajudar a África a atingir todo o seu potencial no aproveitamento do seu potencial agrícola.

Ele rejeitou a noção de que o envolvimento da China na agricultura Africana era a disputa por terra no continente motivado pela necessidade de alimentar o seu próprio povo na Ásia.

## SADC: "Vamos apoiar os nossos agricultores"

SADC INSTOU as partes interessadas a redobrar os seus esforços no sentido de criar um ambiente propício para os agricultores aumentarem a produção.

Os agricultores estão no centro da agenda de transformação agrícola de África, uma vez que são os que produzem os alimentos para os cidadãos da região.

Portanto, políticas agrícolas adequadas, tais como o acesso aos insumos, sementes e fertilizantes, bem como facilidades de crédito ajudariam a melhorar o rendimento.

Serviços de extensão adequada e suficiente, também têm a capacidade de permitir que os agricultores possam experimentar novas culturas ou empresas de pecuária e, em seguida, decidir se seria possível promover qualquer destas empresas a nível comunitário, nacional e regional.

Falando na primeira Assembleia Geral do Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola da África Austral (CCARDESA), a Secretária Executiva da SADC Dra. Lawrence Stergomena Tax disse que a região deve apoiar os seus agricultores uma vez que a maioria deles continuam a experimentar desafios no seu trabalho diário.

"Um dos principais pontos fracos da estimulação do crescimento agrícola na SADC é a falta de uma base forte para a geração de tecnologia e modelos de parcerias público-privadas para a comercialização de tecnologias", disse ela.

A Dra. Tax disse que as mudanças climáticas também são um grande desafio que ameaçam a segurança alimentar na região, daí a necessidade de desenvolver tecnologias apropriadas para a adaptação e resiliência.

"Isso exige uma análise cuidadosa da alocação de recursos e pesquisa que pode dar resultados de uso imediato aos agricultores para melhorar a resiliência das suas tecnologias de produção e sistemas de agricultura aplicadas as mudanças climáticas", disse ela.

"A este respeito, desejo invocar CCARDESA e suas partes interessadas para colocar bastante atenção nas necessidades dos agricultores no desenvolvimento de programas."

Estes programas incluem a melhoria das instalações de rede de transporte e armazenamento de modo que os produtos agrícolas sejam perfeitamente movimentados de um lugar para outro.

São necessárias instalações de armazenamento para que os agricultores possam armazenar sua colheita para uso em estações pobres. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), as perdas pós-colheita são estimadas em 40 por cento na região.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral, portanto, este sector deve ser identificado como uma área prioritária de desenvolvimento.



Acesso a sementes e fertilizantes melhora a produção

Por exemplo, mais de 62 por cento dos 277 milhões de pessoas da região da SADC são dependentes da agricultura para a sua subsistência, de acordo com o Secretariado da SADC.

Além disso, o sector contribui com uma média de 17 por cento para o PIB regional, e é, portanto, um sector muito importante para todos os Estados Membros da SADC em termos de criação de emprego e geração de renda.

A Dra. Tax também pediu a região para aumentar a produção de alimentos para manter o ritmo do crescimento da população.

Ela disse que, apesar da produção de alimentos poder aumentar através do incremento da área de terra a ser utilizada para a agricultura, esta não é uma opção viável na região da SADC, a opção mais desejável e sustentável à nossa frente é aumentar a produtividade para que mais alimentos possam ser produzidos por unidade de área de terra." Ela disse que há necessidade da região envolver e estimular os jovens para o desenvolvimento agrícola.

"Ao celebrarmos o ano da União Africana para a Agricultura e Segurança Alimentar, é necessário lançar um programa para jovens de toda a SADC, criando oportunidades na cadeia de valores agrícolas e construção de um empresariado agrícola".

Os líderes africanos adoptaram 2014 como o ano da agricultura na sua 33ª cimeira, realizada em Adis Abeba, Etiópia, para incentivar o continente para reflectir e comprometer os seus esforços para aumentar a produção.

Por exemplo, no âmbito do Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP), os governos africanos se comprometeram a destinar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais ao sector agrícola a cada ano.

Em última análise, esta visão ambiciosa e ampla para a reforma agrária em África aspira por uma taxa de crescimento médio anual de seis por cento na agricultura.

A primeira Assembleia Geral do CCARDESA realizou-se a de 6-8 de Maio em Gaborone, Botsuana. O CCARDESA é uma organização sub-regional criada em Julho de 2011, para coordenar a execução de pesquisa e o desenvolvimento agrícola na região da SADC. r



## África

A China, disse ele, está em África para ajudar o continente a desenvolver o seu sector agrícola e garantir a segurança alimentar global.

Ele disse que em 2015 o governo chinês vai entregar o controlo completo do Centro de Demonstração Agrícola de Gwebi a Zimbabwe.

Este é um processo geral, em cada um dos países africanos que têm centros de demonstração agrícola.

"Quando a gente entregar o centro, vamos, no entanto, estar disponíveis para oferecer todo o apoio técnico necessário", disse Yu.

Ele indicou que entregas semelhantes em outros países, como Moçambique foram bem sucedidas pois os governos anfitriões "estão sempre dispostos a tornar os projectos um sucesso."

O investimento da China na agricultura Africana é, portanto, fundamental para garantir a revolução verde no continente. [sardc.net](http://sardc.net) r



## SADC – Fonte de energia da África

A REGIÃO da SADC está prestes a se tornar numa importante fonte continental de energia, caso os actuais planos para aumentar a capacidade de produção sejam implementados.

A região abriga a proposta do maior sistema mundial de energia hidroeléctrica, o projecto Grande Inga, que é a peça central de uma grande visão para desenvolver um sistema de energia de todo o continente.

Localizado no oeste da República Democrática do Congo (RDC), a cerca de 50 km a montante da foz do rio Congo e 225 quilómetros a sudoeste da capital, Kinshasa, o Grande Inga deverá produzir 40.000 MW, quando concluído.

Com base num estudo de viabilidade realizado entre 2011 e 2013, o Grand Inga será construído em seis fases de desenvolvimento, com a Barragem de Inga III e o respectivo projecto hidroeléctrico sendo a primeira dessas fases.

Quando concluída, Inga III irá produzir 4.800 MW de electricidade.

A barragem proposta é a quarta e maior de uma série de barragens que foram construídas ou estão propostas para a extremidade inferior do rio Congo.

No local da barragem está a maior cachoeira do mundo em volume, Ingá Falls - uma série de quedas e corredeiras.

Nas quedas estão incorporadas às actuais instalações hidroeléctricas Inga I e Inga II, com o volume do rio desviado cerca de 30 por cento da vazão média.

A energia gerada será o dobro da capacidade da maior barragem do mundo, a barragem das Três Gargantas, na China.

A RDC e a África do Sul assinaram um Memorando de Entendimento em Novembro de 2011 para o desenvolvimento de Grand Inga e seguiu-se a um Tratado de Cooperação, em Maio de 2013, para desenvolver conjuntamente a Barragem de Inga III.

África do Sul vai comprar 2.500 MW do total de 4.300 MW produzidos, tornando-se o principal comprador de electricidade de Inga III.

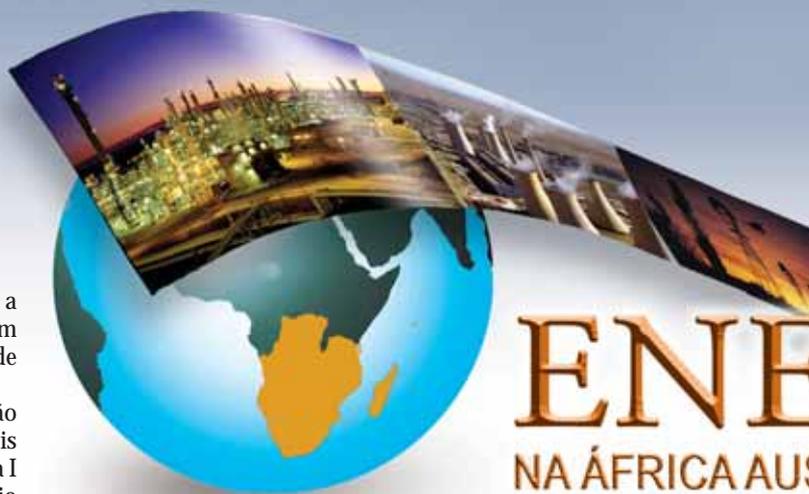
A RDC iniciou o processo de selecção de uma série de consórcios que actualmente concorrem para desenvolver o Grande Inga.

Estes incluem Sinohydro e a Three Gorges Corporation da China, Servicios y Actividades de Construcción, e Eurofinsa, ambas da Espanha, e Daewoo-Posco, da Coreia do Sul.

A construção está prevista para começar em 2016, após a conclusão dos estudos de avaliação social e ambiental.

O mega projecto Grande Inga é uma prioridade para uma série de organizações de desenvolvimento de África, incluindo a SADC e a Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

A barragem do Grande Inga está orçada em mais de 80 biliões de dólares norte-americanos, incluindo o custo das linhas de transmissão necessárias para transportar a sua energia em toda a África e, potencialmente, para a Europa.



Outro país da SADC, Angola, também anunciou planos para quadruplicar sua capacidade de geração de energia dos actuais 2.250 MW para cerca de 9.000 MW em 2025.

O Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que a maioria da energia virá da central hidroeléctrica do Médio Kwanza, da estação de Lauca e da central hidroeléctrica de Cambambe Central.

"O nosso objectivo final é alcançar 9.000 MW até 2025", disse ele, acrescentando que "Isso significa multiplicar por quatro a capacidade actual, o nosso grande recurso é a produção de energia hidroeléctrica."

Com planos de construção para adicionar mais de 21.500 MW de esforços do continente no ano, está na vanguarda do desenvolvimento.

Pelo menos 23 biliões de dólares norte-americanos já foram investidos por Angola no sector da energia para recuperar e ampliar algumas das centrais existentes.

"A reabilitação da central eléctrica e a expansão das redes de distribuição destas barragens são as nossas prioridades, porque nós queremos fazer parte dos melhores produtores de energia em África, bem como produzir e distribuir."

## Centro de energia renovável será lançado

TO PROPOSTO Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) será lançado em Setembro de 2014, segundo um roteiro revisto e acordado pela SADC e parceiros de desenvolvimento.

De acordo com o roteiro revisto, uma fase preparatória será executada de Janeiro a Julho de 2014.

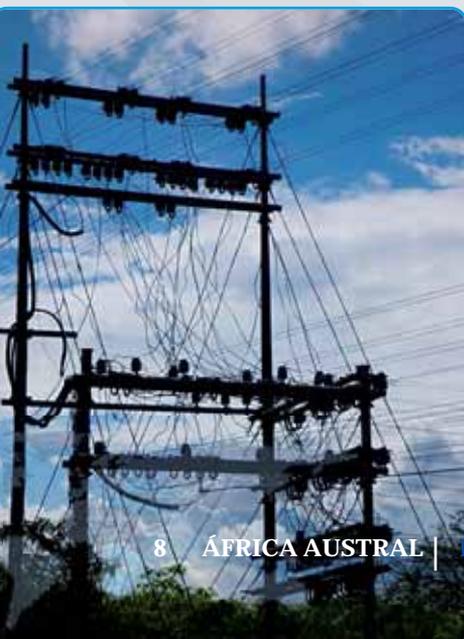
Isto será seguido pela primeira fase operacional em execução há três anos, que inclui o lançamento oficial em Setembro deste ano.

A SADC está a trabalhar em estreita colaboração com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e a Agência de Desenvolvimento Austriaca (ADA) para acelerar a implementação dentro dos prazos revistos.

O centro proposto, entre outras coisas, vai liderar a promoção do desenvolvimento das energias renováveis na região.

Espera-se a contribuir substancialmente para o desenvolvimento de mercados de energia renovável e de eficiência energética regionais prósperas através de partilha de conhecimentos e assessoria técnica nas áreas política e de regulação, cooperação tecnológica, desenvolvimento de capacidades, bem como a promoção de investimentos.

Foi acordado que o centro deve ser uma instituição independente da SADC e deve ser propriedade e apoiado pelos Estados membros da SADC para fins de sustentabilidade.





# ENERGIA AUSTRAL

de novos projectos de produção, a curto prazo, para megawatts (MW) em 2017, a África Austral é a chave do sucesso da auto-suficiência energética. Esta região também envolve o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e limpas.



Barragem de Cambambe sobre o Rio Kwanza

## em Setembro

Tal desenvolvimento daria ao centro mais autoridade para liderar os esforços para aumentar a captação de fontes de energia renováveis na região.

Vários parceiros de cooperação, como a UNIDO e ADA se comprometeram a fornecer apoio financeiro para o centro nos três primeiros anos. Depois disso, o centro deve ser auto-sustentável.

A localização do centro ainda está por ser decidida ainda que uma série de países da SADC tenham manifestado interesse em acolher.

O estabelecimento da SACREEE vai contribuir para o aumento gradual na captação de fontes de energia mais limpas que podem resultar em emissões de carbono reduzidas em consonância com as tendências globais de fontes de energia limpa e alternativa.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a região tem potencial para se tornar uma "mina de ouro" para as energias renováveis, devido aos abundantes recursos solares e eólicos que são agora muito procurados pelos investidores internacionais em sua busca de energia limpa.

Por exemplo, o potencial global de energia hidroeléctrica nos países da SADC é estimado em cerca de 1.080 terawatts-hora por ano (TWh / ano), mas a capacidade que está sendo utilizada actualmente é inferior a 31 TWh / ano.

Um terawatt é igual a um milhão de Megawatts. r

## Comunicando Energia na África Austral Compreender as dimensões regionais de produção de energia

ENERGIA NÃO é apenas uma questão nacional na África do Sul, mas incorpora dimensões regionais significativas.

As implicações transfronteiriças de produção e comercialização de energia não são bem compreendidas, nem é o papel de gestão do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

O SAPP é o centro de coordenação para a maioria dos serviços públicos nacionais de electricidade na região, e está localizado em Harare, Zimbabwe.

Um projecto para aprofundar a compreensão das dimensões regionais de fornecimento de energia na África Austral será implementado em parceria com o SAPP e SADC pelo Instituto Regional de Desenvolvimento Económico e pelo Centro de Documentação de Pesquisa para África Austral (SARDC), com o apoio da Agência de Desenvolvimento da Áustria.

O objectivo é fortalecer a base de conhecimento e o fluxo transfronteiriço de informações sobre o desenvolvimento do sector de energia na região da SADC que inclui 15 Estados-Membros. Isso inclui a monitoria do desenvolvimento da hidroelectricidade e outras fontes de energia regionais.

As principais actividades incluem o apoio de conhecimento para o Grupo Temático de Energia da SADC, a produção de fontes de conhecimento regionais, como a revista África Austral Hoje (SADC Today) e o Boletim de Notícias da África Austral, bem como novas publicações, nomeadamente o Monitor de Energia da SADC e o Livro da SADC sobre Investimento Anual de Energia.

O Monitor de Energia da SADC irá acompanhar a evolução do sector de energia e a implementação de compromissos assumidos pelos Estados-Membros.

O proposto Livro da SADC sobre Investimento Anual de Energia vai destacar os investimentos no fornecimento de energia por parte dos sectores público e privado na região da SADC.

A produção de electricidade é uma área onde a cooperação regional tem avançado significativamente.

O Protocolo de energia da SADC que entrou em vigor em Abril de 1998 define os princípios e objectivos gerais a este respeito.

A política energética regional é centrada na interligação entre a energia e o crescimento e desenvolvimento económico.

A região da SADC é dotada amplamente de recursos energéticos com importantes reservas de carvão, petróleo e gás natural que podem ser exploradas para o consumo local, bem como para a exportação.

A electricidade na região é produzida principalmente a partir de recursos térmicos e hidroeléctricos, embora o gás natural está se tornando uma fonte de energia fundamental, especialmente em Moçambique, Namíbia, África do Sul e na República Unida da Tanzânia.

A Áustria é a agência líder dos Parceiros de Cooperação Internacional do Grupo Temático de Energia da SADC, e o projecto irá ajudar o trabalho do grupo através de apoio à pesquisa e informação.

A SARDC é um centro de recursos de conhecimento regional independente e um parceiro de longa data da SADC em pesquisa e informação, uma colaboração enraizada num entendimento comum sobre a importância do acesso à informação e comunicação para a realização de integração e desenvolvimento regional, bem como a importância de "pesquisa que informa o desenvolvimento". r

## Angola constrói novo aeroporto em Luanda



A **CONSTRUÇÃO** do novo Aeroporto Internacional de Luanda vai começar este ano e deverá custar 3,8 biliões de dólares norte-americanos, de acordo com um contrato assinado pelo Ministério dos Transportes e pelo Fundo Internacional Limitado da China.

O novo aeroporto terá um terminal cobrindo uma área de

160.000 metros quadrados, com capacidade para movimentar 13 milhões de passageiros por ano, bem como um terminal de carga com 6,2 milhões de metros quadrados para lidar com 35 mil toneladas de carga por ano.

O novo aeroporto internacional terá duas pistas duplas com capacidade para receber o maior avião comercial

do mundo. A pista norte será de 4.200 metros de comprimento e a pista Sul será de 3.800 metros de comprimento.

Este é o segundo maior investimento público em infra-estruturas em Angola após a barragem hidroeléctrica de Capanda, na província de Malanje. *Macauhub.* r

## Seychelles e Madagáscar assinam acordo sobre serviço aéreo

AS **ILHAS** Seychelles e Madagáscar assinaram um novo acordo bilateral de serviços aéreos, fornecendo um quadro para orientar o acesso ao espaço aéreo entre os dois Estados insulares e anunciando uma era melhorada de ligação para apoiar

o desenvolvimento das relações comerciais e culturais.

O acordo foi assinado pelo Director-Executivo da Autoridade de Aviação Civil das Seychelles, Gilbert Faure, e pelo Director-Geral da Autoridade de Aviação Civil de Madagáscar,

James Andrianalisoa, no final de Abril.

"O novo acordo de serviços aéreos entre as Seychelles e o Madagáscar é consistente com nossa agenda de integração regional para melhorar a ligação na região e promover os dois destinos também conhecido como a iniciativa Ilhas Vanilla", disse Faure. *Seychelles Government* r

## Lesotho e África do Sul assinam acordo sobre Água

**PREPARATIVOS PARA** A segunda fase do Projecto de Água do Planalto do Lesotho já começaram e deverão ser concluídas até 2023.

O projecto vai gerar energia hidroeléctrica para o Lesotho, aumentando o volume de água transferida para a África do Sul, dos actuais 10 biliões de metros cúbicos por ano para cerca de 15 biliões.

Os gestores do Desenvolvimento do Planalto do Lesotho disseram que disse que o processo de contratação dos executores vai decorrer em breve para garantir a construção inicie no próximo ano. Trabalhos de avaliação ambiental, planos de mitigação, reassentamento e compensações já iniciaram e deverão ser concluído até Novembro deste ano.

A primeira fase do projecto que compreendeu uma série de barragens, centrais hidroeléctricas e túneis entre a África do Sul e o reino montanhoso e sem litoral foi concluída em 2004. A segunda fase envolverá a construção da Barragem de Polihali no distrito

de Mokhotlong, localizada na parte nordeste do Lesotho.

Um novo túnel também será construído a partir da Barragem de Polihali para a Barragem de Katse, juntamente com novos recursos hidroeléctricos e outras infra-estruturas avançadas. r

## Maurícias aprovam quadro sobre agricultura

AS **MAURÍCIAS** aprovaram o quadro de programação agrícola país com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação para o período 2014-2019, que fornece a base para o apoio no desenvolvimento de agropênia e da cadeia de valor agrário, promoção de uma agricultura sustentável para a segurança alimentar e uma pesca sustentável, entre outros. O acordo foi assinado com a FAO pela Ministra da Agro Indústria e Segurança Alimentar, Satya Veyash Faugoo.

O quadro aborda a questão da agricultura sustentável para a segurança alimentar, com foco no fortalecimento do ambiente institucional favorável para a

## Autoridade de Negócios e Propriedade Intelectual da Namíbia on-line

O **MINISTÉRIO** do Comércio e Indústria da Namíbia está a trabalhar para reformar o complicado processo de registo de empresas e criou a Autoridade de Negócios e Propriedade

gestão do uso da terra, sistemas de aviso prévio para as doenças e pragas animais e vegetais, e as estatísticas agrícolas para melhorar a tomada de decisões baseada em evidências.

As prioridades estabelecidas incluem a colaboração no desenvolvimento de agro-negócio, com foco no fortalecimento do ambiente favorável, bem como estratégias, estruturas legais e de gestão e capacidades institucionais.

O quadro também aponta a pesca sustentável, com foco na melhoria do ambiente favorável, políticas e quadro legal e capacidades institucionais ara a promoção da sustentabilidade da pesca. *gís.gov.mu* r

## Zimbabwe e Moçambique fortalecem o comércio



**ZIMBABWE PLANEIA** enviar uma missão de comércio e investimento para Moçambique, em Agosto, para avaliar os seus mercados de exportação e estabelecer contactos com agentes económicos em Tete, Nampula e Niassa.

"A missão vai aproveitar o impulso que ganhou em Novembro de 2012, quando as empresas participantes obtiveram encomendas e contactos estabelecidos em Tete," afirmou a organização de promoção comercial do Zimbabwe (ZimTrade), num comunicado aimed orders and established contacts in Tete," the trade promotion organization ZimTrade said in a statement. r

Intelectual (BIPA) para facilitar o processo.

Um projecto de lei sobre o registo de empresas e protecção da propriedade intelectual está sendo considerado pelo gabinete e prevê-se que seja submetido ao parlamento ainda este ano.

Uma opção é o registo on-line para reduzir os procedimentos administrativos, um processo que o Director-Executivo da BIPA, Tilelinge Andima, disse que iria também permitir uma melhor captura de dados sobre a actividade de negócios na Namíbia.

"Uma vez que esses processos têm sido feitos e permitem fazer um monte de coisas online, então prevemos ter um processo de registo que ocorre no prazo de 24 horas a 48 horas", explicou Andima.

Uma inovação notável da BIPA foi a introdução de uma empresa integrada de Sistema de Registo baseado na Internet no último trimestre de 2013, que permite a agência a registar empresas e corporações próximas, bem como efectuar reservas e pesquisas online. r

## Posto fronteiriço de paragem única em Chirundu Comércio transfronteiriço informal regista melhoria

O COMÉRCIO transfronteiriço informal é importante para as economias da maioria dos Países da África Austral e assegura dá emprego para muitas pessoas, especialmente mulheres e jovens.

Isto tornou-se um negócio rentável em várias fronteiras na região, na medida em que algumas pessoas deixaram o emprego formal para se concentrar no comércio transfronteiriço informal.

No entanto, apesar dos seus benefícios, o comércio transfronteiriço continua a ser um empreendimento caro para a maioria dos comerciantes porque eles continuam a enfrentar vários desafios, incluindo a burocracia e longas horas de esperas nos postos de fronteira que resultam na perda de negócios para os comerciantes e incorrem em custos adicionais que reduzem os lucros.

Para enfrentar esses desafios e garantir benefício do sector, a região está envolvida em vários programas para harmonizar os costumes e as leis de migração.

Um exemplo prático é o posto fronteiriço de Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbábue, que simplificou o comércio transfronteiriço após a sua transformação em ponto de passagem fronteiriço com apenas uma paragem.

Lançado em Novembro de 2009, como piloto, o Posto Fronteiriço de Paragem única, em Chirundu, melhorou significativamente o movimento de pessoas e bens através da fronteira. Os viajantes e comerciantes são sujeitos a procedimentos migratórios apenas uma vez para a passagem para outro país, em contraste com a situação anterior, em quando os viajantes têm que completar o processo de migração e formalidades

aduaneiras em ambos os lados da fronteira.

De acordo com o Ministério do Comércio da Zâmbia, o tráfego em Chirundu duplicou entre 2009 e 2012, uma vez que agora é mais fácil viajar entre a Zâmbia e o Zimbábue.

O tempo de trânsito para veículos de transporte reduziu de cerca de seis dias para menos de 24 horas. A averiguação dos comerciantes transfronteiriços e outros passageiros agora leva menos de cinco minutos contra a anterior uma hora.

A redução do tempo de desembarço é um factor de custo essencial porque os

comerciantes e transportadores não sobrecarregam custos adicionais aos seus clientes.

Com a pilotagem bem sucedida da iniciativa Chirundu, prevê-se que a SADC agora possa replicar o conceito em outros pontos de entrada de toda a região para facilitar a circulação de bens e pessoas, um processo que tem sido dificultado pela burocracia nos pontos de entrada e saída.

As portas de entrada regionais que requerem harmonização incluem o posto fronteiriço de Beitbridge, entre África do Sul e Zimbábue, e o posto fronteiriço Kasumbalesa,

entre Zâmbia e República Democrática do Congo.

Beitbridge é considerado um dos mais movimentados cruzamentos de fronteira em África, com centenas de caminhões comerciais que passam pelos dois postos de fronteira todos os dias nos dois sentidos. r

### BAD reforça a capacidade para o desenvolvimento de infra-estruturas

O BANCO Africano de Desenvolvimento lançou um Projecto de Capacitação Institucional para fortalecer a capacidade dos países africanos em planear, preparar e coordenar a implementação de programas de infra-estruturas regionais.

O projecto de três anos, está avaliado em 8.6 milhões de dólares norte-americanos, visa reforçar a integração e transformação socioeconómica da África com um foco no Programa da União Africana para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA).

O BAD é a agência executora do PIDA, que define os projectos transfronteiriços regionais de infra-estruturas prioritárias destinadas a interligar, integrar e transformar a África através de infra-estruturas modernas, a um custo de investimento de 68 biliões de dólares norte-americanos até o ano de 2020.

Ele fornece o quadro estratégico para as partes interessadas africanas desenvolverem infra-estruturas regionais e continentais integradas para impulsionar o comércio, criação de empregos e apoio a integração regional. r

### Corredores ferroviários transfronteiriços são fundamentais para o desenvolvimento regional

O DESENVOLVIMENTO de corredores ferroviários transfronteiriços ligando os Estados Membros da SADC é a maneira mais eficaz para desbloquear o comércio regional e criar uma cooperação sustentável, este facto foi sublinhado num recente conferência regional.

"O conceito de corredor ferroviário deve ser adoptado como o modus operandi da região da SADC," disse o Director-Geral das Empresas Públicas da África do Sul, Tshediso John Matona, a Associação Sul-Africana dos Caminhos de Ferro (SARA), na sua conferência realizada na África do Sul.

Matona disse que há uma forte ligação entre o transporte ferroviário e os sectores da indústria extractiva, que são considerados principais motores do crescimento económico no subcontinente.

Uma rede ferroviária regional ligada permitiria o transporte mais eficiente dos bens para os centros de exportação, melhorando assim a capacidade da cadeia de fornecedores da região e aumentando o seu nível de competitividade internacional.

"Nós precisamos agora de seguir em projectos ferroviários transfronteiriços. A natureza dos caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas permite tirar proveito de economias de escala, por isso temos de nos concentrar sobre o que cada país está fazendo e juntar nossas economias", disse ele.

Existem vários projectos ferroviários planeados na região, incluindo a ligação ferroviária entre a África do Sul e a Swazilândia, e outra envolvendo a Zâmbia, Botswana e Namíbia, bem como a ligação da rede ferroviária da Zâmbia e com o corredor ferroviário de Walvis Bay. *Zambia Daily Mail.* r



## Eleições consolidam a crença de paz na SADC

**AS ELEIÇÕES** bem sucedidas na África do Sul e no Malawi consolidaram a posição da SADC como uma região de paz, assente na boa governação.

A África do Sul e o Malawi realizaram eleições gerais bastante disputadas no dia 7 e 20 de Maio, respectivamente, e os resultados dos dois processos indicam que a situação política regional é caracterizada por uma aceitação da escolha feita pelo eleitorado.

O Congresso Nacional Africano (ANC) venceu mais um mandato para governar a África do Sul, embora as eleições confirmaram o fortalecimento dos grupos de oposição proeminentes.

Os resultados finais anunciados pela Comissão Eleitoral Independente (CEI), mostraram que, dos 22 mil distritos eleitorais apurados, o ANC obteve 62,1 por cento do voto popular - vários pontos percentuais abaixo dos 65,9 por cento obtidos nas últimas eleições, em 2009.

O partido do governo recebeu mais de 11,4 milhões de votos dos 18,7 milhões de pessoas que votaram durante as quintas eleições democráticas desde o fim do apartheid.

O principal partido de oposição, a Aliança Democrática (DA), ficou em segundo lugar, com cerca de 22,2 por cento do voto popular. Este foi um avanço em relação aos 16,7 por cento que a DA obteve em 2009.

Os Combatentes da Liberdade Económica (FEP), liderados pelo expulso líder da Liga Juvenil do ANC, Julius Malema, obtiveram cerca de 6,4 por cento dos votos.

Os resultados da CEI mostram que 13 dos 29 partidos políticos que disputaram as eleições receberam votos suficientes para ter assento na Assembleia Nacional.

O ANC ganhou a maioria dos assentos na Assembleia Nacional, ao conseguir 249 lugares, de um total de 400. Trata-se de 15 lugares abaixo dos 264 assentos que tinha nos últimos cinco anos e muito abaixo dos 297 assentos que controlava após as eleições de 2004.

A DA obteve 89 cadeiras, contra 67 em 2009. Isto significa que o principal partido da oposição quase duplicou a sua representação na Assembleia Nacional tomando que tinha 47 assentos em 2004.

O FEP tem 25 assentos, enquanto o Partido da Liberdade Inkatha venceu 10.

Segundo a Constituição Sul-Africana, o líder do partido com a maioria dos assentos na Assembleia Nacional é eleito presidente do País.

Assim, o líder do ANC, Jacob Zuma, foi re-eleito presidente, e dedicou a vitória ao ícone anti-apartheid, Nelson Mandela, comprometendo-se a formar um governo "que irá atender a todas as pessoas do nosso país, independentemente a quem tenham votado".

O recém-eleito presidente do Malawi, Peter Mutharika estendeu um convite para os seus adversários deixarem de lado as suas diferenças políticas e participarem activamente do processo de construção da nação após uma campanha eleitoral marcada por alegações de manipulação de votos.

O apelo da presidente cessante para novas eleições foi declarado ilegal pelo Supremo Tribunal em Blantyre e, Joyce Banda, mais tarde admitiu a derrota, exortando o país apoiar Mutharika.

Num discurso de tomada de posse no início de Junho, Mutharika disse que os Malawianos precisam de "participação colectiva no desenvolvimento."

"É por isso que eu estendo a mão da reconciliação para os meus colegas que concorreram para este cargo mais alto", disse ele durante a cerimónia de tomada de posse realizada no Estádio Kamuzu, em Blantyre, com a participação de vários outros líderes da África Austral.

Mutharika e seu ex-partido da oposição, o Partido Democrático Progressista (DPP), ganharam as eleições que foram marcadas pela entrada de um número sem precedentes de candidatos independentes na Assembleia da República.

Mutharika venceu as eleições presidenciais, com quase dois milhões de votos, ou 36,4 por cento da votação.

Os resultados anunciados pela Comissão Eleitoral do Malawi (MEC) mostraram que a então presidente Joyce Banda, com 20 por cento dos votos válidos, foi empurrada para o terceiro lugar atrás de Lázaro Chakwera, do Partido do Congresso do Malawi (MCP), que recebeu 27,8 por cento.

O Malawi usa o Sistema de Pluralidade em Circulo Uninominal em que o candidato com a maior percentagem de votos é declarado vencedor da corrida presidencial.



Presidentes Peter Mutharika, do Malawi, e Jacob Zuma, da África do Sul

As eleições presidenciais foram realizadas simultaneamente com as eleições legislativas e locais.

Os resultados anunciados pela MEC mostraram que o DPP, liderado por Mutharika, ganhou 50 assentos ou 26 por cento dos 193 membros na Assembleia Nacional.

O MCP, o primeiro partido no poder após a independência do país, tem 48 assentos, seguido pelo Partido Popular, liderado por Banda, que só conseguiu 26 assentos durante as eleições muito disputadas, realizadas a 20 de Maio.

O resultado da eleição parlamentar significa que o Malawi vai ter um parlamento dividido, uma vez que nenhum partido tem uma maioria absoluta na Assembleia da República.

Os deputados independentes compõem 27 por cento da Câmara, o que significa que qualquer parte que pretenda avançar com legislação teria de obter o apoio destes legisladores.

A Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), apesar de ter notado algumas preocupações e deficiências em ambas as eleições, declarou que estas não afectaram a integridade e a credibilidade do processo eleitoral.

A SEOM concluiu que ambas as eleições foram pacíficas, livres, transparentes e credíveis, e reflectem a vontade dos eleitores, apelando que todas as queixas devem ser tratadas através dos canais apropriados de acordo com as leis do país. r



## Revés para a paridade de género após as eleições no Malawi e na África do Sul

Eleições realizadas na região da SADC, no primeiro semestre de 2014 mostraram uma tendência estática ou enfraquecimento rumo ao alcance da meta de paridade de género de 50:50, nos cargos de tomada de decisão política, até 2015 na SADC.

Nas eleições para a escolha dos membros da Assembleia Nacional da África do Sul, que decorreram no dia 7 de Maio, foram eleitas 165 mulheres, representando 41,3 por cento da Assembleia de 400 membros.

Esta representação é inferior aos 42,3 por cento das mulheres que existiam no parlamento depois das últimas eleições realizadas em 2009. Depois das últimas eleições, há cinco anos, existiam 169 mulheres parlamentares.

Um quadro semelhante emergiu das eleições gerais realizadas a 20 de Maio no Malawi. Apenas 30 dos 192 membros do Parlamento eleitos são mulheres, representando 15,6 por cento do total. Isso é significativamente mais baixo do que a representação de 26 por cento das mulheres

alcançada durante as últimas eleições, em 2009.

Nas eleições autárquicas realizadas em simultâneo com as eleições parlamentares, apenas 56 dos 457 candidatos vencedores são mulheres, sendo responsável por uma representação de apenas 12 por cento.

No que diz respeito à representação das mulheres no Governo, também houve uma ligeira queda do número de mulheres nomeadas para o Governo Sul-Africano anunciado pelo Presidente Jacob Zuma, em Maio.

Um total de 15 mulheres foram nomeadas para o Governo de 36 membros, representando 41,7 por cento da nova equipa executiva. As mulheres representavam 42 por cento dos membros do Governo após as eleições de 2009.

As mulheres nomeadas para o novo Governo incluem Tina Joemat-Pettersson responsável pelo Ministério da Energia, Nosiviwe Mapisa-Nqakula (Assuntos da Defesa e dos Veteranos Militares), Maite Nkoana-Mashabane (Relações

Internacionais e Cooperação), e Nomvula Mokonyane (Água e Saneamento).

No caso do Malawi, apenas três mulheres foram nomeadas ou 17,6 por cento do Governo de 17 membros anunciado pelo presidente Peter Mutharika, em Junho.

Trata-se de Jean Kalirani (Ministra da Saúde), Grace Chiumia (Juventude, Desenvolvimento e Desporto e Cultura) e Patricia Kaliati (Género, Crianças, Deficiência e Bem-Estar Social).

O desempenho relativamente fraco em termos de paridade de género tem um impacto negativo sobre os esforços da região para atingir sua meta de 50:50 de representação na política e na tomada de decisão até 2015.

Mais três eleições que vão decorrer este ano, no Botswana e Moçambique, em Outubro, e na Namíbia, em Novembro, são estratégicas uma vez que o prazo de 2015 se aproxima para a SADC atingir a meta de 50:50 de representação de homens e mulheres nos cargos de tomada de decisões.

De acordo com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, assinado em 2008 e que entrou em vigor em 2013, após a ratificação por dois terços dos signatários, a África Austral deve atingir 50:50 em termos de representação de homens e mulheres nos principais cargos de tomada de decisão até 2015.

Apenas seis países da SADC estão significativamente próximo da meta de paridade no parlamento, tendo atingido acima do limiar de 30 por cento definido previamente pelos líderes regionais como a meta para a representação das mulheres.

Trata-se das Seychelles (43,8 por cento), África do Sul (41,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), a República Unida da Tanzânia (36 por cento), Angola (34,1 por cento) e o Zimbabwe, que introduziu um sistema de cotas na nova constituição

aprovada antes das eleições realizadas em 2013 e que agora tem 31,5 por cento de representação das mulheres na Assembleia Nacional e 47,5 por cento no Senado.

As próximas eleições nos países da SADC devem procurar consolidar os ganhos e melhorar as conquistas. r



Mulheres eleitas para o parlamento no Malawi

### Mbete retorna como Presidente da Assembleia na África do Sul

A **PRESIDENTE** Nacional do Congresso Nacional Africano, Baleka Mbete, foi eleita Presidente da Assembleia Nacional durante a primeira sessão da Câmara a 21 de Maio na Cidade do Cabo, substituindo Max Sisulu, que foi empossado como membro ordinária do ANC no Parlamento.

Mbete, que ocupou o cargo anteriormente de 2004 a 2008, venceu o candidato da Aliança Democrática para o cargo, o ex-Presidente Municipal do Cabo Ocidental, Nosimo Balindlela, que saiu para se juntar a oposição em 2012. Ela ganhou 260 votos contra 88 de Balindlela. Houve



Baleka Mbete

366 votos expressos, dos quais 18 foram inválidos.

A Presidência da Assembleia é uma posição poderosa na África do Sul. A Constituição prevê que, em caso de indisponibilidade do Presidente da República, o Presidente da Assembleia Nacional deve agir como Presidente até à nomeação de outro Membro do Parlamento como Chefe de Estado e de Governo. r



Mulheres eleitas para o parlamento na África do Sul



## 23ª Cimeira da União Africana

### Rumo a uma resposta às Mudanças Climáticas

**LÍDERES AFRICANOS** identificaram cinco prioridades fundamentais para enfrentar os impactos das Mudanças Climáticas no continente.

Trata-se de financiamento climático e necessidades de tecnologia, adaptação, mitigação, participação, bem como a cooperação institucional.

As prioridades foram identificadas pelos líderes africanos que se reuniram à margem da 23ª Cimeira da União Africana (UA), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, no final de Junho.

África é o menos contribuinte das emissões de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas, mas o mais afectado, por isso o continente vê a necessidade de uma acção decisiva para levantar fundos adicionais e avanços tecnológicos para apoiar a mitigação e adaptação.

Falando na reunião, o Presidente Jakaya Kikwete, da República Unida da Tanzânia, instou os Estados membros a trabalhar juntos para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

"A mudança climática é um verdadeiro desafio, mas também uma oportunidade, porque se nós decidirmos sabiamente, vamos beneficiar das diferentes estratégias disponíveis para reduzir os efeitos das mudanças climáticas", disse Kikwete, que preside o Comité de Chefes de Estado e de Governo sobre as Mudanças Climáticas (CAHOSCC).

Ele enfatizou a necessidade de priorizar o desenvolvimento de habilidades, a oferta de formação para os jovens e a necessidade de melhorar a preparação e gestão de desastres para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Disse ainda que não há necessidade de mobilizar mais recursos uma vez que a África agora precisa de 15 biliões de dólares norte-americanos por ano para combater as mudanças climáticas.

Outros esforços devem ser canalizados para o desenvolvimento da pesquisa e da integração do género em todas as actividades sócio-económicas, incluindo a agricultura, uma vez que as mulheres são as mais afectadas pelas mudanças climáticas.

Neste sentido, os líderes decidiram desenvolver um programa de Mulher e Género no Comité sobre Mudanças Climáticas visando envolver mulheres e especialistas em género sobre as acções relacionadas às mudanças climáticas.

O CAHOSCC foi criado pelos líderes africanos em 2009 para liderar a Posição Comum Africana sobre as Mudanças Climáticas e garantir que a África

fale com uma só voz nas negociações globais sobre mudanças climáticas.

O comité também é responsável por encontrar as melhores estratégias possíveis para combater as mudanças climáticas e seus efeitos sobre o continente Africano. r



Estados Membros solicitados à trabalharem juntos para atenuar os impactos das mudanças do clima



### África empenhada em eliminar as doenças

**A MELHORIA** no acesso aos medicamentos e serviços de saúde é fundamental para eliminar doenças como a malária em África.

Esta é uma das principais recomendações do relatório do Observatório africano sobre o HIV e SIDA, adoptado pelos líderes africanos na 23ª Cimeira da União Africana (UA), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho.

Outras recomendações incluem priorizar o HIV e SIDA, TB e intervenções contra a malária na agenda de desenvolvimento pós-2015 para garantir que o contínuo financiamento internacional da resposta a estes problemas não esteja ameaçado.

O HIV e AIDS, a tuberculose e a malária continuam a ser grandes ameaças para as prioridades de saúde e de desenvolvimento de África. Em

2012, o HIV e SIDA mataram cerca de 1.2 milhões de pessoas no continente, de acordo com o relatório.

"No entanto, com base no progresso que tem sido feito, é possível acabar com a epidemia de HIV e SIDA após-2015", disse a UA num comunicado.

"Para conseguir isso, a África terá de acelerar o tratamento anti-retroviral como uma acção catalítica para acabar com o HAIV e SIDA."

O relatório apela os países africanos para tirar proveito da expansão sem precedentes do actual de desenvolvimento de infra-estruturas em curso no continente para assegurar que as avaliações de impacto ambiental contribuam para a expansão do acesso ao tratamento do HIV e SIDA, tuberculose e malária.

Além disso, os Estados-Membros devem continuar a priorizar respostas baseadas nos direitos ao tratamento do HIV e SIDA, tuberculose e malária, nas áreas de acesso à justiça e aplicação da lei, incluindo a priorização das populações marginalizadas. r

### África pretende criar Fundo Monetário

**OS LÍDERES** africanos adoptaram o Protocolo e o Estatuto para a criação de um Fundo Monetário Africano.

O fundo tem como objectivo promover a estabilidade macroeconómica, crescimento económico sustentável e partilha equilibrada do desenvolvimento, a fim de facilitar a integração eficaz e previsível das economias africanas.

O fundo terá a sede em Yaoundé, nos Camarões, e será aberto a todos os Estados membros que assinarem e ratificaram ou aderiram ao Protocolo.

A 23ª Cimeira da União Africana (UA) realizada na Guiné Equatorial, em Junho "instou os Estados membros a assinar e ratificar o Protocolo o mais rapidamente possível, para a sua entrada em vigor." r

## Junho-Agosto 2014

**ÁFRICA AUSTRAL**  
SADC HOJE Vol 16 No 4 Junho 2014

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE**  
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

**Comunidade para o desenvolvimento da África Austral**  
Secretariado da SADC, SADC House,  
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana  
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070  
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

**EDITOR**  
Munetsi Madakufamba

**COMITÉ EDITORIAL**  
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,  
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai, Anesu Ngadya

**TRADUTOR**  
Bonifácio António

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2014

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net. Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

**COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO**  
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

**FOTOS E ILUSTRAÇÕES**  
P1 jewellerynewsnetwork.com, fotopedia.com, wordpress.com;  
P2 herald.co.zw, wordpress.com; P4 herald.co.zw; P5 desk7.net, reliefweb.com,  
sundaymail.com, fao.org, chronicle.co.zw; P6 wordpress.com, farmingfirst.com;  
P7 zimmall.com, wfp.org; P8 wordpress.com; P9 ipsnews.com; P11 wordpress.com;  
P12 daec.co.za, enca.com, subrygovender.com, malawicongressparty.com,  
zimmall.com, mg.co.za; P13 un.org, usaid.gov, faceofmalawi.com, wordpress.com,  
iisd.ca, wrc.org, wordpress.com, citypress.co.za; P14 SADC, newsday.co.zw,  
vehiclepassion.com; P16 wordpress.com, wikimedia.com

**Subscreva Hoje**  
**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

**Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral**  
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,  
Harare, Zimbabwe  
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271  
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net  
Conhecimento para o Desenvolvimento

**SARDC**  
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral

5, ONU

**Dia Mundial do Meio Ambiente 2014**

Dia Mundial do Ambiente 2014 tem o tema "Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento", com o objectivo de sensibilizar para os desafios ambientais únicos e sucessos, incluindo as mudanças climáticas, gestão de resíduos, consumo insustentável, a degradação dos recursos naturais e os desastres naturais extremos.

18-20, Zimbabwe

**Reunião de Ministros responsáveis pelas infra-estruturas SADC**

Ministros responsáveis pelas infra-estruturas vão se reunir para discutir várias questões, incluindo oportunidades e soluções para investimento em infra-estruturas regionais. Também espera-se que a reunião possa aprovar a Declaração da SADC sobre o Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas para apresentação à Cimeira da SADC em Agosto.

20, Zâmbia

**Reunião dos Ministros do Turismo na SADC**

Ministros responsáveis pelo turismo reúnem-se anualmente antes da Cimeira da SADC para discutir questões actuais que afectam o sector na região.

18-20, Turquia

**Fórum África de Energia 2014**

Fórum de Energia para África reúne governos, empresas de energia e os principais actores do sector de energia de África e do resto do mundo para analisarem projectos de infra-estrutura de energia em África.

20-27, Guiné Equatorial

**23ª Cimeira da União Africana**

Chefes de Estado e de Governo reúnem-se na sua Cimeira com o tema "Agricultura e Segurança Alimentar". Este sector continua a ser uma prioridade e os líderes devem discutir formas de alcançar os objectivos estabelecidos no início deste ano.

Por indicar, Namíbia

**Comité do Órgão Ministerial de Defesa e Segurança**

Ministros vão deliberar sobre questões de paz e segurança na região da SADC. O comité é composto pelos ministros responsáveis pela política externa, defesa, segurança pública e segurança do Estado dos países que compõem o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança.

23-24, África do Sul

**Cimeira sobre Mineração e Energia Renovável 2014**

Este evento reunirá decisores de energia e do sector de mineração em África para discutir os desafios energéticos e avaliar as opções para as energias renováveis como parte de uma solução que garanta o custo-benefício de produção e fornecimento de energia para suas operações.

25, RDC

**Reunião de Ministros de Informação na SADC**

Ministros responsáveis pela informação reúnem-se para discutir as melhores práticas e políticas que contribuam positivamente para a realização de metas regionais. A partilha de informações é reconhecida como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável.

Julho

2-4, Namíbia

**Sexto Fórum Africano sobre Carbono**

Esta é uma plataforma de partilha de conhecimento para os investimentos de carbono em África, uma ocasião para discutir os mais recentes desenvolvimentos no mercado de carbono e aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em África.

Agosto

10-18, Zimbabwe

**Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC**

Os líderes da SADC vão reunir-se para discutir a integração regional e desenvolvimento, precedida pela reunião de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O tema é "Estratégia para a Transformação Económica da SADC: Aproveitando os diversos recursos da região Para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através do benefício e da mais-valia". O Zimbabwe vai assumir a Presidência da para o próximo ano.

# 15 Anos

## Acordo de Paz de Lusaka acaba com a guerra na RDC

15 ANOS passaram desde a assinatura histórica do Acordo de Lusaka para um cessar-fogo na República Democrática do Congo.

A Cimeira de Paz de Lusaka, a 10 de Julho de 1999, culminou com o acordo assinado pelos líderes dos seis países envolvidos e o então Presidente zambiano, Frederick Chiluba, testemunhado pela SADC, pela Organização da Unidade Africana (hoje União Africana) e pelas Nações Unidas.

Os países militarmente envolvidos foram Ruanda e Uganda, que reconheceu apoiar os rebeldes que invadiram a RDC, e Estados Membros da SADC Angola, Namíbia e Zimbabwe, que apoiavam o governo.

O acordo de paz foi obtido após quase um mês de intensas negociações na capital zambiana, envolvendo em primeiro lugar, os Ministros das Relações Exteriores e de Defesa de todos os países da SADC, e depois restrita aos representantes desses países militarmente envolvidos no conflito, os anfitriões e os rebeldes.

A disputa dentro do Partido Governamental para a Democracia Congoleza (RCD) a respeito de quem deveria representar o movimento atrasou a assinatura do RCD até 1 de Setembro, e trouxe Uganda e Ruanda em conflito aberto com o outro dentro da RDC.

A Zâmbia e África do Sul intermediaram um acordo no seio dos rebeldes sob o qual todos os 50 membros fundadores assinaram o documento em nome do RCD.

O Movimento rival para a Libertação do Congo (MLC) havia enviado representantes para a conferência de paz de Lusaka, que inicialmente se recusou a assinar, dizendo que iria fazê-lo somente após o RCD.

No entanto, com o envolvimento de líderes da SADC, o líder do MLC foi autorizado a assinar o acordo com

a condição de que ele poderia retirar a sua assinatura se outros grupos rebeldes não seguissem o exemplo.

Entre as suas disposições, o acordo apelou para a cessação das hostilidades no prazo de 24 horas após a assinatura e a libertação de reféns e prisioneiros de guerra dentro de 30 dias.

Foi criada uma Comissão Militar Mista (JMC), composta por partes beligerantes para supervisionar a implementação do cessar-fogo, a retirada das tropas estrangeiras e o desarmamento das milícias, investigar as violações do cessar-fogo, e realizar as operações de manutenção de paz até a implantação de uma força de paz da ONU. Presidido pela OUA, a JMC incluiu dois representantes de cada um dos signatários, e foi ajudado em suas operações por uma missão de observação conjunta da OUA / ONU.

O acordo instou o governo da RDC e rebeldes para realizarem "um diálogo nacional aberto" de todas as forças políticas do país, levando a um novo regime político e reconciliação nacional.

O Presidente Laurent Kabila foi assassinado 18 meses depois, a 18 de Janeiro de 2001, coincidindo com o assassinato, 40 anos antes, do primeiro primeiro-ministro indígena do país, Patrice Lumumba Émery, a 17 de Janeiro de 1961.

O filho de Kabila, Joseph, queera comandante militar, foi nomeado Presidente e o diálogo continuou, culminando com a assinatura, em 2003, de um acordo de paz abrangente que marcou o início de um governo de transição liderado pelo presidente Joseph Kabila.

O governo de transição teve até 30 de Junho de 2005 tempo para organizar eleições, um prazo que mais tarde mudou para 30 de Junho do ano seguinte, quando Kabila foi reeleito. r



## Malawi celebra Jubileu de Ouro

A 6 DE JULHO o Malawi vai comemorar 50 anos desde que o país alcançou a independência da Grã-Bretanha em 1964. Hastings Kamuzu Banda foi fundamental na luta pela independência da então Niassalândia, começando com a formação, em 1953, do Congresso Africano da Niassalândia (NAC). Protestos violentos contra as autoridades coloniais britânicas, em Março 1959, levaram à prisão de líderes da oposição e proibição do NAC, mais tarde rebaptizado Partido do Congresso do Malawi (MCP). Apesar de sua detenção em Gwelo, prisão na Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), Banda foi escolhido para liderar o novo partido e convidado a participar nas negociações em Londres sobre a reforma constitucional da Federação. Isso resultou na criação de uma nova Assembleia e as eleições foram ganhas pelo MCP em Agosto de 1961. A Niassalândia foi concedida autonomia em Janeiro de 1963, com Banda sendo eleito primeiro-ministro no mês seguinte; Ganhou Independência no ano seguinte após a dissolução da Federação da Rodésia e Niassalândia em Dezembro de 1963. Varias actividades estão previstas para celebrar o Jubileu de Ouro, com destaque para uma partida amigável de futebol, em Blantyre, entre a equipe nacional e a selecção do vizinho Moçambique.

## FERIADOS NACIONAIS

Junho - Agosto 2014

5 Junho	Dia da Liberdade	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
23 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia de Ascensão	Lesotho
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	DRC
1 Julho	Dia do Sir Seretse Khama	Botswana
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Feriado Público	Malawi
7 Julho	Dia da Indústria Saba Saba	Tanzânia
7 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
8 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
21 Julho	Dia do Presidente	Botswana
22 Julho	Feriado Público	Botswana
22 Julho	Nascimento do Rei Sobhuza	Swazilândia
27 Julho	Eid Ul Fitr*	Malawi, Maurícias, Tanzânia
1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
4 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
11 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
12 Agosto	Dia das Forças Armadas	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC**	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
30 Agosto	Ganesh Chaturthi	Maurícias

\*\* A data exacta depende da visualização da Lua

\*\* O Dia da SADC não é Feriado Público, assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992